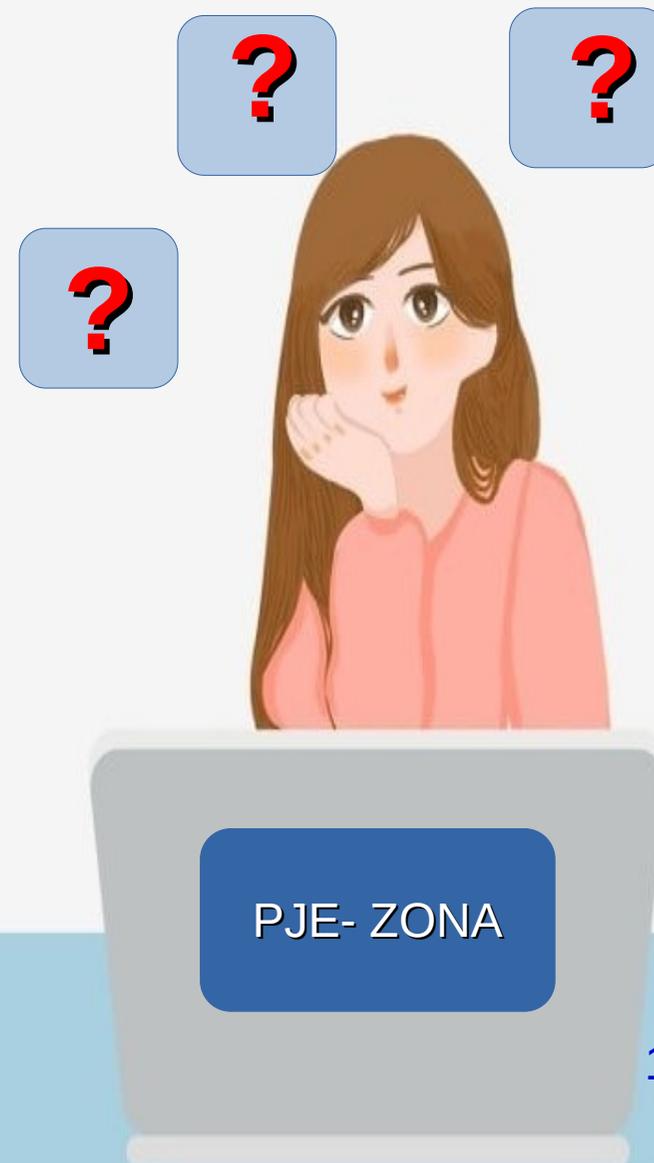




TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA
NÚCLEO DO PJE

FAQ - DÚVIDAS
FREQUENTES DOS
USUÁRIOS DO PJE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

NÚCLEO DO PJE

DO NAVEGADOR

1 – O que devo fazer para evitar problemas com o navegador?

Resposta: Para prevenir eventuais erros/inconsistências no PJE, bem como problemas de acesso, ou não reconhecimento de senhas pelo sistema, sugere-se que seja feito, periodicamente, o procedimento de limpeza de itens obsoletos da memória do navegador, conforme o passo a passo: 1 - Acessar, no navegador, o ícone que fica no canto superior direito, que contém três tracinhos horizontais> 2. Selecionar preferências> 3. Selecionar o painel Privacidade e Segurança > 4. Na seção "histórico", há um botão "limpar histórico" > 5. Acionar o botão e selecionar a opção "tudo" com a marcação "cache", em seguida confirmar a limpeza.



DOS JUÍZES

2- O Juiz da Zona Eleitoral foi substituído ou houve troca de titularidade, o que deve ser feito no sistema?

Resposta: De acordo com a Portaria 19.027/19, cabe à Zona Eleitoral, utilizando o perfil Administrador Zona, realizar a configuração do Órgão Julgador, por meio do menu > configuração > Órgão Julgador. Importante atentar para a visibilidade a ser dada ao juiz, de forma que ele tenha acesso aos processos constantes na Zona.

3- O Juiz está tendo problemas de acesso ao sistema, ou seu token está apresentando problemas técnicos.?

Resposta: Abrir chamado à STI do TRE, via servicedek

6- O Magistrado acessou o sistema, mas está com perfil *Jus Postulandi* como proceder?

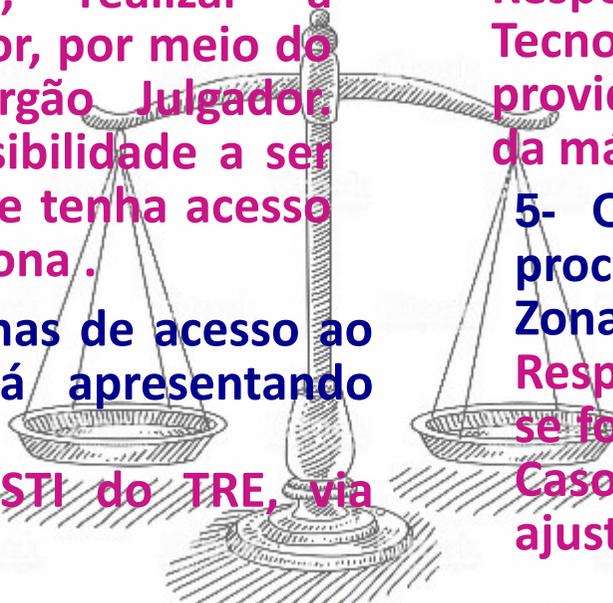
Resposta: Nestes casos, normalmente o juiz ou servidor está acessando o módulo segundo grau. Dessa forma, deve-se verificar se o servidor ou o magistrado está acessando o módulo primeiro grau.

4- O magistrado tem dificuldades de acesso, ou em operacionalizar o sistema PJE, utilizando a mesma máquina cedida pelo Tribunal de Justiça. Quem deve dar o suporte?

Resposta: Neste caso, a equipe de Tecnologia da Informação do TJ/PA deve providenciar as devidas configurações da máquina e do usuário.

5- O Juiz não consegue visualizar os processos constantes nas tarefas da Zona. Qual a provável causa?

Resposta: Verificar, no órgão julgador, se foi dada a visibilidade ao seu perfil. Caso não tenha a visibilidade, fazer os ajuste.



SERVIDORES/CHEFE DE CARTÓRIO

7 – Sou chefe de cartório recém-lotado na Zona Eleitoral, ou houve necessidade de substituição da chefia titular do Cartório, preciso de um perfil Administrador Zona, a qual unidade solicitar?

Resposta: Neste caso, a atribuição do perfil Administrador Zona é feita pelo NPJE, mediante envio, pelo requerente, de documentação comprobatória de sua condição de chefe de cartório, pode ser enviado portaria de nomeação ou formulário de substituição, tudo assinado pelo Juiz ou Chefe Titular .

8– É possível acessar o PJE fora do ambiente do Tribunal?

Resposta: Sim. Pelo site do TRE, no espaço dedicado ao sistema. Basta informar CPF e senha do usuário. Caso o magistrado, ou servidor, tiver Token físico (aquele semelhante ao pendriver) deverá providenciar a configuração deste em seu computador pessoal. Tal configuração é de responsabilidade do usuário.



Fonte: Rubens Cavalcante da Silva, Analista Judiciária, lotado na Seção de Gerenciamento de Dados Partidários.

9- Esqueci minha senha, o sistema não reconhece, ou ela foi bloqueada. O que fazer?

Resposta : Primeiramente, clicar na opção “esqueci minha senha”, caso não resolva, solicitar ao NPJE a geração de link de senha (a ser enviado por e-mail).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

NÚCLEO DO PJE

10 – Não Consigo visualizar os processos constantes nas tarefas da Zona. Qual a provável causa?

Resposta: Verificar se foi dada a visibilidade ao seu perfil, seja servidor ou administrador zona.

11– Foi lotado na Zona mais um servidor, quem deve providenciar seu cadastro no sistema e atribuir a ele o perfil de servidor?

Resposta: De acordo com a Portaria 19.027/19, cabe à Zona Eleitoral, utilizando o perfil Administrador Zona, realizar a configuração do servidor, por meio do menu > configuração > servidor. Importante atentar para a visibilidade a ser dada ao novo servidor, de forma que ele tenha acesso aos processos da Zona.

12- O servidor está tendo dificuldades de acesso ao sistema, ou seu token está apresentando problemas técnicos?

Resposta: Abrir chamado à STI via servicedesk.



13– Como enviar Inquérito Policial à Polícia Federal?

Resposta : Sempre, invariavelmente, através da tarefa “Ato de Comunicação”.

14 - Ao informar parte no processo, qual a nomenclatura, a ser inserida no sistema, referente à Polícia Federal? ou

Resposta: A Polícia Federal será inserida no sistema, como parte processual, utilizando-se as seguintes nomenclaturas:SR/DPF/PA; DPF/ATM/PA;DPF/MBA/PA;DPF/SNM/PA;DPF/RDO/PA.

Para saber qual nomenclatura usar, é necessário consultar as orientações encaminhadas pela CRE-PA, para saber a região geográfica de localização da Zona e selecionar o nome correto do Órgão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

NÚCLEO DO PJE

DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

15 – O promotor de Justiça está com dificuldades de acesso ao sistema. Quem deve dar o suporte técnico?

Resposta: O Ministério Público, através de sua unidade de Tecnologia de Informação, é o responsável pelo acesso de seus membros. Nesse caso, recomendar ao promotor que entre em contato com a TI do MP. Falar com Adriano Arruda, chefe da TI do MPE, gestor regional do sistema PJE .

16 – A manifestação do MP não consta na tramitação do processo (lado esquerdo da tela), apesar de já haver apresentado manifestação, cujo arquivo consta na aba “documentos” , o que pode ter acontecido?

Resposta: Verificar se o representante do MP assinou a petição gerada pelo sistema, pode ser que ele tenha assinado apenas o PDF anexo. Assim sendo, para que se evite tal ocorrência, o representante do MP deverá assinar no próprio documento gerado pelo sistema.



MPE

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

17– O representante do Ministério Público não consegue visualizar o ato de comunicação feito pela Zona. O que fazer?

Resposta: Verificar se a Zona procedeu à comunicação do MP via “sistema”, bem como analisar se o órgão notificado foi o “PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARÁ”. Caso esteja tudo regular, mas mesmo assim o MP não conseguir visualizar os processos, sugerir que o promotor de justiça entre em contato com a TI do MP para averiguação de perfil e demais configurações. Falar com Adriano Arruda, gestor regional do sistema PJe no MP.

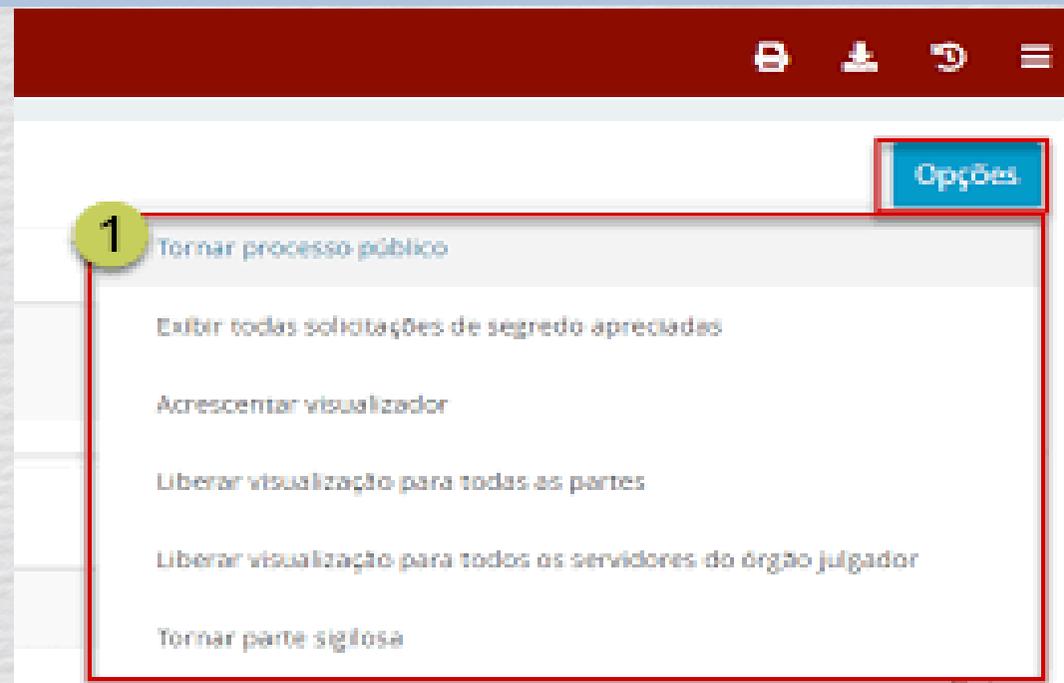
DOS PROCESSOS SIGILOSOS

22- Quanto aos processos sigilosos, quem atribuí os níveis de segredo?

Resposta: O nível de segredo é atribuído pelo administrador do sistema e não pelo usuário, sendo que isso dependerá da classe e do assunto processual.

23- Um processo foi autuado como sigiloso, porém não consigo visualizar na minha barra de tarefa, o que pode ter ocorrido ?

Resposta: Os processos sigilosos podem ter diferentes níveis de acesso, sendo que quando um processo for peticionado no nível 5 (quer seja pela classe ou pelo assunto, no caso dos Inquéritos) será remetido diretamente para caixa do magistrado, na tarefa “Atribuir visualização de processo”.



24- Como atribuir visualização dos autos aos servidores ou partes do processo ?

Resposta: Para incluir visualizador, o magistrado (nos processos recebidos no nível 5) ou o servidor deverá entrar no processo, nos autos digitais - segredo ou sigilo - opções - acrescentar visualizador – autorizar pessoa a visualizar processo. Pesquisa a pessoa e conclui.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

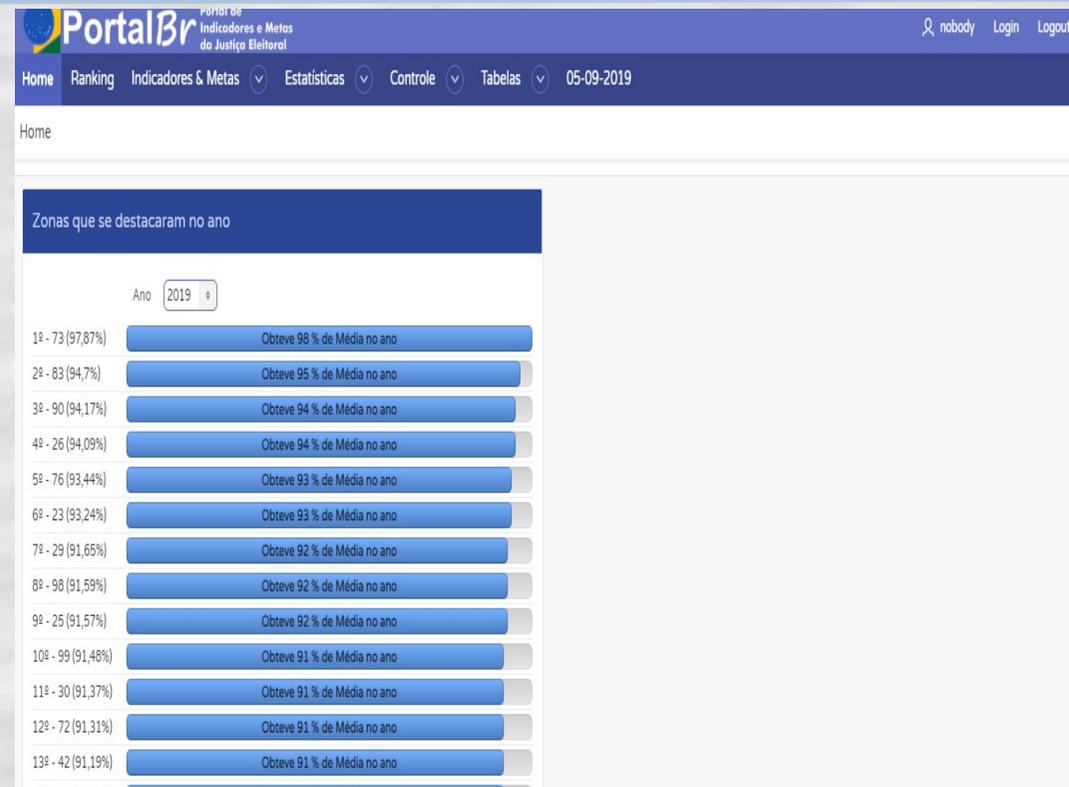
GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

NÚCLEO DO PJE

DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

25- Nos casos em que o portal da corregedoria enviar mensagem de alerta à Zona Eleitoral, apontando erro ou inconsistência em determinado processo, entretanto o processo já foi arquivado ou a Zona tem dúvidas quanto ao procedimento a ser adotado nos autos, como proceder ?

Resposta: Nestes casos o cartório deverá solicitar orientações à CRE-PA, pois são mensagens de natureza procedimental, ou seja, versam sobre providências de procedimentos cartorários.



26- Realizei o lançamento errado da decisão, o que poderá acontecer?

Resposta: O lançamento errado da decisão irá impactar diretamente no portal da transparência, eis porque é imprescindível o registro correto, pois atualmente o PJE não dispõe a possibilidade de correção. Nesses casos, o servidor deverá entrar em contato com a CRE-PA para dirimir dúvidas quanto ao procedimento a ser adotado .



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

GABINETE DA SECRETÁRIA JUDICIÁRIA

NÚCLEO DO PJE

Equipe envolvida no trabalho:

GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA E NÚCLEO DO PJE

- * Renato Holanda Alves- Secretário Judiciário
- * Luiz de Oliveira Bezerra Netto
- * Rosiane Revelle dos Santos Martinelli
- * Mariana Carla Moura Castro

Canais de Comunicação

Email: npj@tre-pa.jus.br

Tel: Voip 8503, 8504 e 8508 e

Durante o período extraordinário pelo cel. corporativo (091)
99309-8316.

Horários de atendimento: De segunda a sexta de 8h às 15

